



*Câmara Municipal de Linhares*  
*Palácio Legislativo "Antenor Elias"*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
LINHARES/ES**

**GAB06/AFGR  
INDICAÇÃO Nº: 012/2021**

**ALYSSON F. G. REIS**, autoridade representante do poder legislativo municipal, com cátedra neste palácio legislativo, vem por meio deste, mui respeitosamente perante vossa conspícua magnificência, apresentar a seguinte proposição:

## **INDICAÇÃO**

**CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO QUE COMPORTE  
ÁREAS DESTINADAS À ESPORTE, LAZER E EVENTOS  
PARA A COMUNIDADE DE POVOAÇÃO**

Alicerçado no Art. 125, inciso II do Regimento Interno e movida por necessidade, oriunda do clamor popular.



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

### I – DA JUSTIFICATIVA

Há muito, a comunidade de Povoação vem possuindo muitas mazelas sociais, um dos mais claros e patentes aos nossos olhos, é a falta de um complexo social que atenda a comunidade, proporcionando lazer, esporte e cultura à crianças, adolescentes, jovens e adultos do povoado.

As bases de um estado provedor de atividades sócio atrativas é muito mais antiga do que muitos conjecturam. A história nos mostra que, na antiguidade os gregos possuíam anfiteatros, locais instituídos com propósitos específicos, um deles era a apresentação de peças teatrais e dramaturgia para a diversão dos helênicos.

Esta máxima não era diferente no Império Romano, onde os imperadores, especialmente no I século, instituíam festivais e apresentações em arenas (como o Coliseu por exemplo), como atrações sociais - claro que os motivação que impulsionava os governantes romanos a fazê-los, eram motivos espúrios, hoje conhecidos como *panem et circenses* (pão e circo).

Na esteira do estado democrático, os direitos sociais são basilares. “A primeira Constituição que atribuiu o caráter de fundamentalidade aos direitos sociais, ao lado das liberdades públicas e dos direitos políticos, foi a ‘Constituição Mexicana’ [...]; [a segunda que seguiu esta máxima, foi] a Constituição de Weimar (alemã), de 1919”.<sup>1</sup>

O *summus legislator* de 1988, vislumbrando esta verdade indubitável, esculpiu na Carta Maior que, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”<sup>2</sup>

“Busca-se no dispositivo em comento elencar direitos mínimos e indispensáveis à garantia de uma existência digna. Dessa forma, os direitos sociais inscritos na CF têm o escopo de garantir que certas situações incorporadas ao patrimônio humano sejam preservadas pelo Estado”.<sup>3</sup>

“Os direitos sociais elencados neste artigo foram desdobrados em vários artigos da CF. Sendo a dignidade da pessoa humana um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, da CF), imperiosa se torna a atuação do Estado na ordem econômica, a qual se funda, [dentre outras], possibilitar a todos

<sup>1</sup> NUNES Júnior, Flávio Martins Alves. **Curso de direito constitucional (Versão Digital)**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 1231.

<sup>2</sup> Constituição Federal, Art. 6º, *caput*.

<sup>3</sup> MACHADO, Costa. **Constituição Federal interpretada**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 9. ed. Barueri, SP: Manole, 2018. p. 54.





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, a qual, em conjunto com o bem-estar social, é o objetivo da ordem social, [tendo como base por exemplo], o direito ao lazer".<sup>4</sup>

Destarte, conspícua autoridade, é neste viés que se funda esta propositura, na obrigatoriedade estatal em proporcionar convivência social minimamente digna (esportes, cultura e lazer), posto que esta, na visão dos melhores constitucionalistas, é direito fundamental de qualquer cidadão alicerçado pelo constituinte.

## II – DA PROPOSIÇÃO

Posto a fundamentação acima, pautada na real e fática situação da comunidade, esta autoridade legislativa vem por deste propor:

- Envio de equipe especializada para averiguação técnica do local para a construção – antigo campo (*vide* Imagens 1 e 2 *infra*);
- Após análise de local, efetuar **CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO, LAZER E EVENTOS** (nos moldes das Imagens abaixo), que possua:
  - 1) quadra poliesportiva;
  - 2) parque com brinquedos vareados (balanço, escorregador, gangorra, gira-gira carrossel etc.);
  - 3) área verde com bancos (ex. Banco de Jardim/ madeira);
  - 4) academia popular;
  - 5) área destinada a eventos, com palco e outros itens pertinentes para apresentação de eventos culturais.

<sup>4</sup> Ibid., 55.



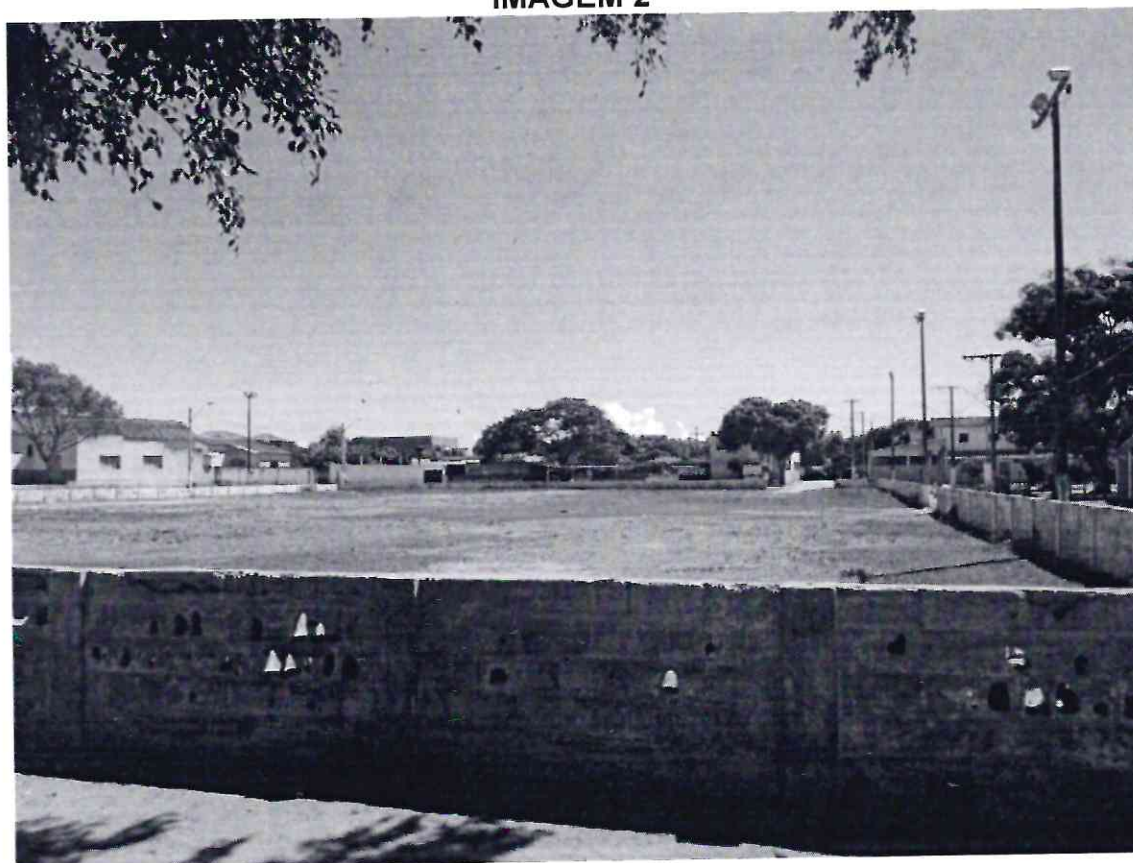
# *Câmara Municipal de Linhares*

## *Palácio Legislativo "Antenor Elias"*

**IMAGEM 1**



**IMAGEM 2**



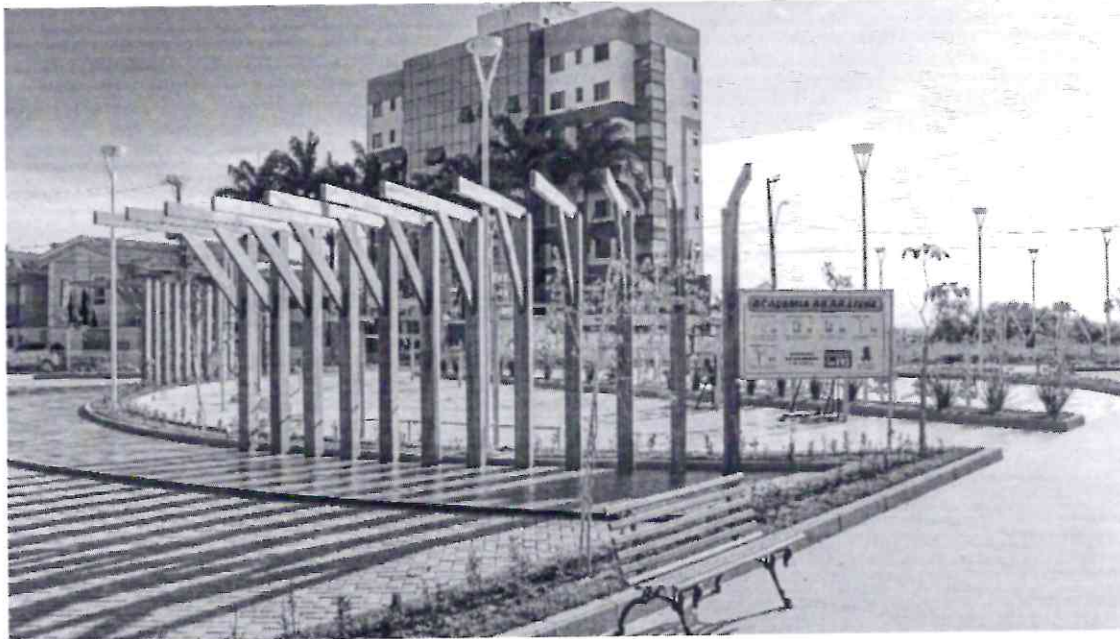




# *Câmara Municipal de Linhares*

## *Palácio Legislativo "Antenor Elias"*

**IMAGEM 3**



**IMAGEM 4**





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

IMAGEM 5



### III - CONCLUSÃO

Como visto, além de dever constitucional do Estado, proporcionar à comunidade de Povoação uma área de lazer, será ato de embatia humana. Mais do que obedecer a um mandamento constitucional, a construção do objeto desta proposição, será uma demonstração palpável de que a Administração Pública Municipal vem olhando de forma especial para as comunidades do interior.

Nestes termos,  
solicito vosso deferimento, honorífico presidente.

Linhares/ES, 28 de janeiro de 2021.

ALYSSON F. G. REIS

VEREADOR